



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA – CUBT
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

NELNICE DO CARMO VALADARES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MANOEL: UM ESTUDO ACERCA DO
CURRÍCULO ESCOLAR**

Abaetetuba/PA
Julho de 2018

NELNICE DO CARMO VALADARES

COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MANOEL: UM ESTUDO ACERCA DO CURRÍCULO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Dederal Brandão da Silva

Abaetetuba/PA
Julho de 2018

NELNICE DO CARMO VALADARES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MANOEL: UM ESTUDO ACERCA DO
CURRÍCULO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de Curso orientado pelo Prof. Dr. Dedival Brandão da Silva, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

APROVADO EM: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. DEDIVAL BRANDÃO DA SILVA
Orientador - UFPA

Prof^a. Dra. JOYCE OTÂNIA SEIXAS RIBEIRO
Examinador Interno – UFPA

A meus Pais, meus irmãos, meu esposo, minha enteada e à toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades;

À Universidade Federal do Pará, seu Corpo Docente, Direção, Administração e aos meus colegas de turma, que me ajudaram a persistir nesta longa jornada;

Ao meu orientador Professor Doutor Dedival Brandão da Silva pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos;

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional;

A minhas irmãs, que sempre me apoiaram, sobretudo nas dificuldades;

Ao meu esposo, por sua compreensão, apoio e paciência em momentos de tensão e empenho;

À minha enteada, companheira de todas as horas;

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“A memória histórica de um povo é uma pedra no caminho dos exploradores e daqueles que tentaram banir tal expressão. Um povo com memória histórica e raízes profundas sempre resiste a opressão”.

(Antônio Júnior)

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido na Comunidade Quilombola São Manoel, e pretende analisar se os saberes e fazeres culturais da Comunidade, concebidos enquanto experiência educativa, são ou não aplicadas na escola por meio de seu currículo. A pesquisa é de cunho etnográfico e desenvolveu-se seguindo a metodologia de pesquisa qualitativa, sendo realizada entre os meses de Dezembro de 2017 a Maio de 2018. Iniciou com pesquisas bibliográficas, em sequência foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores locais, professores e pais de alunos, análise de documentos e observação participante na escola e na Comunidade. A pesquisa foi dividida em três momentos: No primeiro, foi direcionada ao levantamento de dados acerca do processo histórico da comunidade. No segundo, a pesquisa voltou-se para o espaço escolar e, no terceiro, foi direcionada a análise acerca do currículo desenvolvido pela Instituição Escolar. O aporte teórico foi embasado em Brandão (2007), Silva (2004), Libâneo (1994), Petersen (1991), entre outros que discutem essa problemática. Como resultados obtido temos que a escola apresenta em seu currículo alguns elementos que nos leve a considerar à aplicabilidade da experiência educativa de sua clientela, ainda que timidamente. Considerando esta afirmação finalizo dizendo que a identidade cultural de um grupo é constituída por meio de sua maneira de pensar, falar, viver e se relacionar uns com os outros, por meio de formas e costumes que se perpetuam de geração em geração, proporcionando a esse grupo, uma característica particular, que os define enquanto pertencentes a uma determinada sociedade. Na perspectiva de Silva (2000) a identidade, assim como a diferença, é um produto social e cultural, ou seja, é produzido no contexto social onde as relações interpessoais acontecem.

Palavras chaves: Cultura. Experiências Educativas. Currículo.

ABSTRACT

The present work was developed in the Quilombola Community of São Manoel, and aims to analyze if the cultural knowledge and practices of the Community, conceived as an educational experience, are applied or not in the school through its curriculum. The research is ethnographic and developed following the methodology of qualitative research, being carried out between the months of December 2017 and May 2018. It began with bibliographical research, in sequence were conducted semi-structured interviews with local residents, teachers and parents participation in school and in the community. The research was divided in three moments: In the first one, it was directed to the data collection about the historical process of the community. In the second, the research turned to the school space and, in the third, was directed the analysis about the curriculum developed by the School Institution. The theoretical contribution was based on Brandão (2007), Silva (2004), Libâneo (1994), Petersen (1991), among others that discuss this problem. As results we obtain that the school presents in its curriculum some elements that take us to consider to the applicability of the educational experience of its clientele, although timidly. Considering this statement, I conclude by saying that the cultural identity of a group is constituted by means of its way of thinking, speaking, living and relating to one another, through forms and customs perpetuated from generation to generation, group, a particular characteristic, which defines them as belonging to a particular society. In Silva's (2000) perspective, identity, like difference, is a social and cultural product, that is, it is produced in the social context where interpersonal relationships occur.

Keywords: Culture. Educational Experiences. Curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MANOEL.....	12
1.1 A historicidade local em foco	13
1.2 O imaginário religioso na comunidade	15
1.2.1 A religiosidade nos dias atuais.....	19
1.3 Questões Sociais e Políticas.....	23
1.3.1 Luta, Resistência e Formas de Subsistência.....	24
1.4 O Cotidiano da Comunidade.....	27
2 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL SÃO MANOEL (EMEIFSM).....	32
2.1 A Docência na Comunidade.....	32
2.2. O Cotidiano escolar	35
2.3 O Currículo na Escola São Manoel: A importância do professor na construção de um currículo voltado à cultura da comunidade.	39
2.3.1 O Processo Educacional.....	39
2.4 Aplicabilidade da experiência educativa no currículo escolar de São Manoel?	45
2.4.1 O que a escola trabalha dos saberes e fazeres da comunidade?	47
2.4.2 O que a escola adota como sendo seu currículo?.....	50
2.4.3 Quais os efeitos e significados dessa relação?	50
3 CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realizar um estudo na Comunidade Quilombola São Manoel, localizada no Município de Moju, Estado do Pará.

A pesquisa abordará os saberes e fazeres culturais da referida comunidade, objetivando identificar tais saberes, fazeres e demais conhecimentos e além disso avaliar em que medida eles são aplicados ou não na escola local, por meio do seu currículo. E visa compreender se há uma inter-relação entre escola e comunidade na constituição da identidade cultural local. Em outras palavras, se a escola fala a linguagem da comunidade em termos culturais, por meio do seu currículo.

A temática da pesquisa originou-se a partir do desenvolvimento de uma atividade curricular acadêmica com o tema “Projeto: História de São Manoel”, realizada na escola local. A atividade propunha aos alunos relatar o seu conhecimento histórico e cultural em relação a comunidade. Entretanto, percebi uma grande dificuldade por parte dos alunos em conseguir informações com os moradores acerca do conhecimento do processo histórico e cultural da comunidade, pois os mesmos desconheciam a sua história, e por falta desse conhecimento e, sobretudo, por falta do repasse de suas tradições, o processo histórico e cultural local, tendem a se perder ao longo do tempo, principalmente no que tange à questão de valores ocultos em suas práticas. Daí o interesse em pesquisar esse processo histórico, os saberes e fazeres existentes na comunidade, e o currículo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de São Manoel, a fim de responder a seguinte questão: De que maneira a Escola está contribuindo, por meio de seu currículo, com o reconhecimento da identidade cultural da Comunidade Quilombola São Manoel, no sentido da aplicação em seu currículo das experiências educativas de seus alunos?

A fim de concretizar os objetivos da presente pesquisa buscarei, em um primeiro momento, compreender quais os elementos que definem ou caracterizam a cultura comunitária de São Manoel, fazendo uma abordagem histórica do local e identificando, por meio desse estudo, se a cultura local e demais saberes, são ou não, aplicados na prática educacional local. Em um segundo momento, analisarei como o currículo escolar de São Manoel é planejado, a fim de, entender se as necessidades, desejos e sonhos dos alunos e comunitários são atendidos e, por último, de posse dessas informações sugerir, se necessário, adequações curriculares, que aproximem

as atividades da escola, de maneira que possam refletir a realidade, saberes, costumes e práticas dos alunos da comunidade.

A pesquisa é de cunho etnográfico e foi desenvolvida seguindo a metodologia de pesquisa qualitativa, iniciando com pesquisas bibliográficas, direcionada a autores que discutem a problemática em questão. Nos meses de Dezembro de 2017, Janeiro e Fevereiro de 2018, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, Pais de alunos e também com professores pertencentes ao corpo docente da Escola São Manoel, realizou-se também, nesse período, análise de documento, através de Diário de classe, acessados por meio da Secretaria Municipal de Educação e, Fotografias, que registram o cotidiano da escola e a história cultural da comunidade, no intuito de adquirir elementos para fundamentar esta pesquisa. Segundo observa André (1997) tais procedimentos permitem que seja possível compreender, descrever a situação e revelar os seus significados, deixando que o próprio leitor faça suas interpretações com base em seus conhecimentos teóricos e de acordo com o que considerar aceitável. A partir do início das aulas, em março de 2018, foi realizado o processo de observação participante nas salas dos professores e também na comunidade *lócus* da pesquisa, com elaboração de relatórios de análise, a fim de compreender a realidade e o cotidiano da escola e da comunidade. Nessa perspectiva, tomamos por base a definição de pesquisa defendida por Gatti (2010) que aborda a necessidade de se fazer pesquisa para a construção de conhecimento, segundo ela, uma pesquisa que busque a compreensão daquilo que, em um primeiro momento, se revela nebulosamente ou sob uma aparência caótica, em outras palavras, que nos proporcione o conhecimento a partir da subjetividade humana. A observação *in loco* se estendeu até meados de maio do mesmo ano, nesse período a comunidade havia começado as programações da Festividade de São Manoel, que será objeto de um dos tópicos deste trabalho e nesses primeiros dias de programações pude observar a dinâmica em torno dessa organização. No desenvolver da pesquisa passei por algumas dificuldades, sobretudo no que diz respeito ao acesso à documentações que comprovem os dados empíricos adquiridos acerca da Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel, em entrevista ao último Presidente da Irmandade, ele inclusive falou-me que possui tais documentos, porém não disponibilizou-me, sob a alegação de que estes estariam incompletos e “perdidos” em meio a vários outros documentos. Na Paróquia do Divino Espírito Santo também não consegui acesso a nenhuma informação documental, sob a mesma alegação. A dificuldade no acesso a esses

documentos me instigou a continuar, com mais profundidade, as entrevistas àqueles que poderiam fornecer-me dados mais contundentes por ter vivenciado a experiência de participar da Irmandade Civil.

O trabalho está articulado em dois capítulos, nos quais, ao longo de seu desenvolvimento, analiso de que forma os saberes e fazeres da Comunidade Quilombola de São Manoel se manifestam cotidianamente e o que proporcionam a seus agentes sociais enquanto educação e, além disso, como a escola enquanto instituição educacional utiliza, por meio de seu currículo, tais experiências em seu cotidiano.

No primeiro capítulo realizo uma abordagem histórica da comunidade desde o início da constituição da Vila, mostrando como aconteceu esse processo e as formas como os moradores se organizavam culturalmente. Em seguida, procuro mostrar a relação deste povo com a religiosidade, por meio da devoção ao Glorioso Mártir São Manoel, dividida em dois momentos - o período em que vigorou a Irmandade e como acontece nos dias atuais - e, finalizando o capítulo trato de questões relacionadas às lutas sociais, às formas de subsistência e o cotidiano na Comunidade, na tentativa de mostrar como a cultura local se manifesta cotidianamente.

No segundo, faço uma abordagem acerca da Escola M.E.I.F São Manoel, iniciando com o processo de formação dos professores desde o começo da escolarização até os dias atuais. No interior da escola faço uma análise do cotidiano dos alunos a partir da observação participativa nas salas de aula, para, na sequência, falar do tipo de currículo que o professor utiliza nas aulas e a sua importância na formação educacional e social de seus agentes. Ainda neste capítulo procuro verificar em que medida a educação adquirida no cotidiano social dos alunos, definida por Pozenato (2003) de “experiências educativas”, é utilizada no currículo da escola, ou seja, o que a escola adota dos saberes e fazeres da comunidade em seu currículo e quais os efeitos dessa relação na comunidade.

1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MANOEL

“Tudo que passamos em nosso território é insubstituível, ninguém nunca vai entender, porque é uma mistura de cultura, fé e ancestralidade”. Este relato de uma moradora local reflete a relação de amor, religiosidade, luta e resistência existente na comunidade, passível de entendimento somente a quem compartilha dessa experiência por meio da vivência cotidiana. Por outro lado, pode ser analisado como uma expressão que relaciona a mistura de diferentes culturas existentes na comunidade e a forma de ser relacionar cotidianamente por meio delas, configurando o que para Candau (2008. p.17) pode ser denominado de multiculturalismo. Segundo a autora “o debate multicultural [...] nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica”. Nessa perspectiva, objetivo analisar neste capítulo como se manifestam essas diferentes culturas no cotidiano da Comunidade São Manoel. Compreendo enquanto comunidade, do ponto de vista sociológico “um conjunto de pessoas que se organizam sob o mesmo conjunto de normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico”.¹

Para compreender o cotidiano de uma comunidade, parto da perspectiva que é necessário lançar mão de sua história, sua cultura, seus valores, seu modo de viver e se de relacionar uns com os outros. Na incessante busca de uma definição para o termo cotidiano, como forma de embasar o que ora proponho, percebi que muitos são os autores (Certeau (1980), Heller (1970), Matos (2002), entre outros) que propõem uma definição acerca deste tema, entretanto, de acordo com Petersen (1991) este tema, não tem sido defendido teoricamente pelos autores que o empregam. Desta forma, esta pesquisa assume uma concepção de cotidiano defendida pela própria autora (1996. p. 96), que trata o cotidiano enquanto “objeto imediato de conhecimento histórico, [...] a partir dos quais o conhecimento produzido têm uma existência real, mas aparecem ao observador sob sua forma fenomênica”, na perspectiva de Petersen, o observador precisa buscar a compreensão dos materiais e dos fatos, implícito na conduta cotidiana de seus agentes sociais e das instituições, a partir do objetivo de sua investigação. Ou seja, o cotidiano segundo a autora, não é voltado a

¹ Conceito de comunidade <disponível pt.m.wikipedia.org/wiki/comunidade#sociologia. Acesso em 22 de Junho de 2018.

uma visão do senso comum, onde as coisas acontecem por acontecer, e sim, um cotidiano em uma visão política, na qual as pessoas reconstróem a sua vida social.

No que se refere a definição do termo cultura, também utilizado nesta abordagem, assumo a perspectiva defendida por Edward Tylor (1871, *Apud*, LARRAIA 2005, p. 25), quando refere-se a cultura como sendo “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Ainda nessa perspectiva, Arantes (1986, p. 12) afirma que “a cultura (significação) está em toda parte. Em todas as nossas ações, [...], tudo nas sociedades humanas é constituído segundo os códigos de convenções simbólicas a que denominamos de ‘cultura’”.

Nesta perspectiva, abordarei neste capítulo, a vida cotidiana na Comunidade Quilombola São Manoel, fazendo um breve histórico de sua formação enquanto comunidade, sua relação com a religiosidade - sendo esta, símbolo de manifestação cultural local - e com o território onde está inserida, bem como as formas de subsistência de seus moradores. Concebo enquanto Território, uma definição utilizada na cartilha “Território quilombola: Uma conquista cidadã (2012)”, desenvolvida para formação de lideranças quilombolas, respaldada em trechos do texto da Constituição Federal de 1988, que faz a seguinte afirmação: território é

o espaço ocupado por uma comunidade e necessário para a sua reprodução física, social, econômica e cultural, incluindo não só a área destinada a moradia, mas também aquela reservada ao plantio, à caça, à pesca e ao manejo agroflorestal entre outras práticas tradicionais. (BRASIL 2012, p. 13)

Nessa perspectiva, e com um olhar voltado aos saberes e fazeres culturais desta comunidade, teço análise acerca da aplicabilidade ou não desses conhecimentos por meio da escola local, como forma de contribuir para o reconhecimento da identidade cultural local.

1.1 A historicidade local em foco

A Comunidade São Manoel é uma Comunidade Quilombola, localizada na zona rural do Município de Moju-Pa, no Território Quilombola de Jambuaçu, a 45 km da sede do Município de origem, com acesso por uma estrada de chão de nome Rodovia dos Quilombolas, e por meio fluvial, através do Igarapé Jambuaçu² que dá

² Este igarapé banha grande parte das comunidades quilombolas pertencentes ao território referido, dando-lhes acesso à sede do município, por meio fluvial.

acesso ao Rio Moju. Comunidades Quilombolas, na perspectiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) “[...] são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”.

A relação desta comunidade com o termo “Quilombola” começou há pouco tempo (cerca de 20 anos), entretanto há muitos, a comunidade vem transmitindo uma cultura ligada à ancestralidade de seu povo e a valorização de sua terra. E para começar uma análise acerca de sua cultura, saberes e suas práticas, iniciarei fazendo uma abordagem histórica da comunidade e da relação desse povo com sua crença religiosa, por meio de seu santo de devoção, que inclusive dá nome à comunidade, à escola e a todas as organizações do lugar.

De acordo com relatos dos moradores mais idosos do local, a Vila origina-se a partir de uma única família “Os Gonçalves” que, na década de 1910, morava em um lugar chamado “Amapá”, distante cerca de um quilometro de onde está localizada a Vila nos dias atuais (2018). Esta família possuía, como era comum neste período, uma área de terra muito extensa e, desta área foi retirado um terreno, que posteriormente, se tornou a Vila São Manoel.

Nesse tempo histórico (1910), era comum nessa região cada família festejar um santo. Entretanto, o que deu origem à Vila não foi a sua devoção, e sim, a construção de um cemitério, pois, nessa época cronológica, segundo dado empírico, os entes queridos dos moradores eram enterrados em um lugar um pouco distante dali, chamado Itaboca, onde estava localizado o cemitério mais próximo. Entretanto, devido a desentendimentos entre as famílias de ambos os lugares, surgiu tal necessidade, dado, sobretudo, à impossibilidade de convivência e de relações entre as famílias.

A partir desta realidade a Família Gonçalves construiu, em sua área de terra, o cemitério, entretanto sem a perspectiva de construção de moradias próximas, pois essa área era várzea e estava localizada no final da área de terra da família. No entanto, anos depois (1927) foi doado uma extensão de terra (200 m²), em frente ao cemitério, para a formação da Vila.

Figura 1 - Cemitério da Comunidade (Primeira construção na Comunidade)



Fonte: Arquivo pessoal.

A partir de então, os moradores começaram a fazer mutirões para limpeza da área e aos poucos foram sendo construídas as moradias. Esses mutirões eram práticas constantes na Vila já nesse período e foi sendo repassada por entre as gerações, continuando até os dias atuais. Esta prática carrega consigo valores importantes para a vida na comunidade, sobretudo no que diz respeito ao âmbito educacional, refiro aqui a uma educação voltada aos conhecimentos adquiridos no meio social em que o sujeito vive, esta forma de educação é denominada por Gohn (2006. p. 29) de educação informal, que segundo ela, é uma educação que “socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento”. Dessa forma, a maneira coletiva de se organizar por meio de mutirões - no sentido de trabalhar unidos em vista do bem comum dos moradores - traz consigo experiências que são significativas e devem ser valorizadas também no âmbito da educação institucional local.

1.2 O imaginário religioso na comunidade

Ainda na década de 1910, portanto, antes da construção da Vila, a Família Gonçalves, juntamente com outras pessoas de vilas próximas, se reuniam no local onde morava - Amapá – para se organizar socialmente. A partir dessa organização fundou-se a Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel (IGMSM), uma Irmandade Civil,

formada por pessoas de diversos lugares, chamados de “sócios” que mantinham financeiramente a organização por meio de mensalidades e de suas programações. Diferentemente das Irmandades religiosas que, segundo Silva (1997) “apesar de seu caráter relativamente autônomo frente à autoridade eclesiástica, na prática, estava a ela subordinada”, a IGMSM, embora tenha sido criada com pretexto religioso, não era vinculada a esta instituição, portanto, não estava sujeita à autoridade da igreja católica. Paradoxos à parte, a Irmandade detinha o poder sobre si mesma, ou seja, seus projetos e suas necessidades eram resolvidos por meio reuniões entre seus sócios, fato que justifica a forma pela qual foi adquirida a imagem do Glorioso Mártir São Manoel, da qual tratarei posteriormente.

Ao longos da década de 1910, as festas em homenagem ao Glorioso Mártir São Manoel aconteciam no Amapá, ainda de forma tímida, ou seja, com poucas famílias. Para a realização das missas na festividade a Irmandade convidava padres de diversos lugares (Acará, Belém, Abaetetuba, Igarapé Mirí). Antes porém, de aprofundar na questão da forma como aconteciam e, como ainda se desenvolve a festividade em honra ao santo, detenho-me a identificar e classificar as várias versões que me foram repassadas durante a pesquisa acerca da chegada da imagem do Glorioso Mártir São Manoel à Vila. A primeira e, talvez a que melhor se encaixe com os dados coletados, trata-se da versão dada pelo último Presidente da Irmandade que, em seu relato, afirma que os moradores do lugar veneravam São Manoel, mas com uma imagem de São Luiz de Gonzaga, então o Bispo Dom Carlos (em 1918), ao chegar a Vila para realizar a missa da Festividade, percebeu o equívoco e comunicou-o aos sócios da Irmandade e, falou-lhes da possibilidade de trazer de Roma a verdadeira imagem de São Manoel. Diante do fato, a Irmandade organizou uma reunião para resolver essa questão e, por meio de uma coleta entre os sócios conseguiu uma quantia em dinheiro e a entregou ao bispo para que trouxesse a imagem “verdadeira”. Dessa forma, com o retorno do Bispo ao local (por volta de 1920), chega também a imagem de São Manoel, que permanece até os dias atuais na igreja da Comunidade. Outra versão, esta, dada por um morador da Comunidade com base em dados, por ele coletado por meio de pesquisas, diz que, um bispo Italiano chamado Dom Carlos, chegou a Vila para realizar a missa da Festividade, como era de costume, e na oportunidade o Senhor Gonçalves, fez um pedido considerado inusitado a ele, pediu que ele trouxesse um santo para ser padroeiro da Vila, mas que tivesse referência com o nome dele, foi então que o bispo prometeu e

quando voltou trouxe consigo de Roma, a imagem de São Manoel, que era o mesmo nome do patriarca da Família Gonçalves.

Não se sabe ao certo qual a real história da chegada da imagem no local, pois não obtive acesso a documentos que comprovassem quaisquer das versões. Outra questão de difícil certificação ou, poderia dizer comprovação, é a questão relacionada à razão da devoção ao santo, ou mesmo, à história de vida dele. A única coisa que pude observar é que a devoção ao santo não acontece da mesma maneira que em outros lugares, ou seja, não acontece por meio de promessas ou pelo “milagre do achado”, como o caso do Círio de Nazaré, da devoção à Nossa Senhora Aparecida ou mesmo à devoção ao Divino Espírito Santo, padroeiro do Município de Moju.

Assim como a chegada da Imagem na Vila, há diferentes versões no que diz respeito à história de vida e santidade de São Manoel. A Primeira versão afirma que o Glorioso Mártir São Manoel foi um soldado romano que sempre procurou resolver os conflitos na base da paciência, do diálogo, para ele, matar seria a última coisa, era paciente, evitava o conflito sangüinário, e pelas qualidades que ele tinha como soldado tornou-se santo. Outra versão dada pelos moradores diz que o santo foi santificado por se converter ao cristianismo, após se encontrar com o Cristo ressuscitado, haja vista que o mesmo era perseguidor de cristãos. Há ainda uma terceira versão, esta do ponto de vista da Igreja Católica, adquirida por meio de pesquisas em sites religiosos³. Segundo ela, São Manoel era um embaixador do Império Persa, enviado a Roma em missão de paz, em tempos de conflitos entre os Impérios, e que foi torturado e decapitado no ano 363, pelo exército romano por ser cristão e se recusar a renunciar sua fé em Cristo.

As diferentes versões em relação à história refletem a dificuldade que a comunidade possui no repassar de sua história cultural e religiosa, dificuldade percebida também no que diz respeito às lutas deste povo com relação a questão territorial, fato que mostra o quanto é imprescindível a busca pelo conhecimento real de sua história, para que possa ser repassada para suas descendências. Todavia, há uma grande dificuldade em conseguir tais informações, pois não há registros documentais que ateste a veracidade de quaisquer das versões e além disso, são

³ Dia de São Manoel disponível em: <https://www.calendarr.com/portugal/dia-de-sao-manuel/acesso> em 06 de janeiro de 2017

poucos os que sabem algum dado acerca dessa história, mesmo aquela conhecida pelos moradores. Os dados coletados sobre o assunto foram através dos idosos da comunidade. Ao perguntar aos mais novos - jovens e adolescentes - e, sobretudo às crianças, foi unânime o fato de responderem “não sei nada da história”. Ou seja, as famílias ou lideranças da Comunidade que deveriam repassar essas informações, não estão cumprindo seu papel, talvez por que também não tiveram acesso a elas.

Após a chegada da imagem original do Glorioso Mártir São Manoel (1920), a Irmandade começou um processo de crescimento significativo, havendo então a necessidade de um espaço maior e mais apropriado para a organização, foi então que em 1927, a Família Gonçalves, por intermédio do Sr. Patrício Gonçalves, fez a doação de 200 metros quadrados de terreno para a Irmandade, localizado em frente ao cemitério, para a construção da Vila, a qual me referi no início deste tópico – segundo relatos, a mesma igreja que ficava no Amapá, foi trazida para a nova Vila, entretanto não se sabe explicar tal façanha. A partir de então a IGMSM tornou-se uma organização muito grande e muito forte na região de Jambuaçu e também na cidade de Moju e regiões - tanto na questão religiosa, quanto politicamente - dada ao fato de, ao contrário das outras Irmandades da região, a Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel era uma Organização Civil aberta, acessível, ou seja, pessoas de vários lugares participavam e eram sócios da Organização, chamada também de Sociedade, justamente pelo seu caráter civil. Pessoas inclusive de outros municípios, que, sendo sócios, tinham voz e direito a ser votados e até tornarem-se presidentes da organização.

A Irmandade⁴, era uma forma de organização religiosa, mas era também uma organização de resistência herdada dos povos negros, que no século XIX, impedidos de cultuar seus próprios santos, de frequentar as igrejas dos “brancos” eram obrigados a seguir a tradição católica, então criaram sua própria forma de culto, dando início a um processo de sincretismo religioso característico nas comunidades religiosas no Brasil, pois há uma mistura de catolicismo, candomblé e outros aspectos e rituais de origem afro brasileiras. Em São Manoel essa também foi uma realidade, ou seja, a mistura de crenças, as formas de se manifestar por meio de cantos e danças que reforcem a sua afro descendência e a maneira de recorrer aos “*pai de santo*” e pajés

⁴ Disponível em <https://www.significados.com.br/irmandade/>

para a cura de alguma “enfermidade corporal ou espiritual”, ainda muito presente no cotidiano da comunidade, traduzem esse sincretismo religioso.

No tempo em que vigorou a Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel (1910-1998) - moradores lembram com um certo saudosismo - as festas em homenagem ao Santo eram grandes e animadas e movimentava todo o povo da região, eram as chamadas “Sessões de São Manoel”, que começavam com o soltar dos foguetes às 04:00 da manhã, permanecendo a animação por um bom período de tempo. Porém, a partir do início da década de 1980, a igreja católica adentra a Vila por meio de um pequeno grupo e, inicia, ainda que discretamente, uma disputa de poder. Por um lado a Irmandade, absoluta por longos anos e, por outro a Igreja Católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB). Esta última, com proposta de evangelização, a partir de leituras do evangelho, difere das formas de reza da Irmandade, que por sua vez “evangelizava” por meio de ladainhas repetidas e esmolação do santo, nos diversos lugarejos. À imagem do Glorioso Mártir São Manoel, atribuíam, e ainda atribuem, a intercessão junto ao altíssimo, para a cura aos malefícios do corpo e do espírito e, a conquista da cura por sua intercessão, lhe era retribuída em forma de doações de diversas maneiras (doavam animais de vários tipos, dinheiro, materiais de igreja, e até dias de trabalho, entre outros). Esse imaginário religioso de “cura e Salvação” por intermédio do santo, provoca uma relação de amor e devoção muito forte, visível principalmente nos mais idosos da comunidade, e naqueles moradores das comunidades próximas que mantinha uma relação íntima com o santo, no tempo em que Irmandade ainda existia. Essa relação ainda permanece nos dias atuais, embora com maior dificuldade de percepção. Ou seja, a devoção e o imaginário religioso ainda existem, porém as transformações que acontecem no meio social, provocam um distanciamento desta relação, devido sobretudo, as inovações tecnológicas que adentraram a comunidade mostrando-se mais “interessantes” ao olhos, sobretudo dos mais jovens, que não vivenciaram estas experiências de amor e devoção e cuja relação de fé não lhe são repassadas.

1.2.1 A religiosidade nos dias atuais

Como relatado anteriormente, a partir dos anos 1980 a igreja católica, se faz presente na comunidade por meio da CEB, nesse mesmo período a Irmandade São Manoel detinha o poder de decisão sobre as questões, religiosas e sociais, e realizava

as festividades em honra a Glorioso Mártir São Manoel, tradicionalmente todos os anos, entretanto, a partir desta década, começou uma revisão às propostas estatutárias da organização e constatou-se a inadimplência por parte de vários sócios, ocasionando a exclusão deste, da organização, por conta disso houveram vários conflitos internos e a CEB foi ganhando força, até que em 1998, sob a presidência do Sr. José Maria Valadares (1988 a 1998), em consenso com os sócios (27 que estavam “quites” com a Irmandade), a Irmandade é extinta e a Imagem do Santo, até então pertencente a Organização, é repassada ao cuidados da CEB, por meio de uma declaração que trazia uma única condição, que a CEB continuasse a tradição do santo com respeito, caso não “desse conta de cumprir a missão” a Irmandade retomaria a posse. E dessa forma, a partir de 1998, a CEB passa a ser responsável por todos os bens da Irmandade - que inclui a Imagem do Santo - e dá continuidade à tradição de festejar, em honra ao Santo, até a atualidade. Dessa forma, a comunidade se organiza todos os anos para celebrar junto com as outras comunidades, no dia 17⁵ de Junho de cada ano, a Festividade de São Manoel.

Figura 2 - Chegada da Procissão na Festividade de São Manoel de 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal.

⁵ Há relatos de moradores que dizem que no início, até por volta dos anos 1980, as festividades aconteciam em meses variados (agosto, novembro), somente anos depois, com a criação da CEB, descobriu-se o dia de São Manoel passou-se a celebrar nesta data.

A festa inicia há cerca de 40 dias da sua culminância, com novenas nas famílias e bingos nas casas dos moradores – cada noite uma família diferente recebe a imagem do Santo em sua casa para a realização da novena, sendo responsável, se *quiser*, por conseguir material para o bingo que tem sua arrecadação voltada à esmolação ao Santo. Alguns moradores relatam as transformações ocorridas com relação as festas do tempo da Irmandade, com um certo saudosismo, dizendo que *“naquele tempo era melhor, era mais animado”*. Este relato pode ser explicado, talvez pelo fato de, nesse tempo, por ser uma organização civil, a Irmandade tivesse “liberdade” pra fazer suas festas religiosas, como as procissões - neste tempo, terrestre - e, também ao mesmo tempo sociais ou “profanas”, pra utilizar uma linguagem religiosa. Segundo os moradores que vivenciaram essa experiência, a festa era maior, abrangia toda a região, eram feitos leilões, alvoradas, esmolações, arraiais, brincadeiras com as crianças, entre outras programações que faziam a alegria desta gente. Porém quando passou a ser domínio da igreja católica essas festas “profanas”, deixaram de ser permitidas e por consequência, várias pessoas deixaram de participar, acabaram-se os leilões, as esmolações, as ladainhas repetidas deram espaço aos cultos e, a forma de organização da festividade foram aos poucos sendo modificadas. Outro fator que pode ser agregado a estas mudanças ou a diminuição na participação das festividades é a expansão das CEBs para as comunidades próximas à vila, que organizaram-se enquanto CEBs, adotaram outros padroeiros, afetando a participação deste povo na festividade, mas a tradição em São Manoel continua. Nos dias atuais a manifestação religiosa se dá por meio de círio fluvial novenas, bingos e muitas brincadeiras.

A descrição dessa prática na comunidade se faz necessária pelo fato de movimentar a comunidade e trazer à tona, com mais forças, os saberes e as práticas da cultura local, pois neste período do ano acontecem mutirões de limpeza na vila, novenas nas famílias e outras atividades que são comuns, mas que nessa época do ano se fortalecem, posteriormente tratarei dessas práticas com mais profundidade

Apesar da grande importância que há essa cultura e devoção para os moradores desta comunidade, ao indagar acerca do desenvolvimento de atividades curriculares na escola, voltada a essa prática, de maneira a reforçar essa cultura popular e essas práticas tão fortes e características desta comunidade, observei uma grande dificuldade dos informantes em responder sobre o que perguntava, pois os

próprios moradores confessam desconhecer o currículo desenvolvido na escola. Os poucos que manifestaram algum conhecimento, disseram que a participação da escola, no que diz respeito a essa questão, restringe-se somente a ensaiar as crianças para uma apresentação de danças de carimbó no dia do encerramento da festa que, segundo eles, não é uma cultura na comunidade.

Não foi difícil perceber que, em termos de conhecimento histórico - seja no que concerne à religiosidade ou quanto à luta e resistência da comunidade - os moradores poucos sabem – a não ser os mais antigos – ou seja, seguem uma cultura que se perpetua em atos, ou seja, participam todos os anos, muitos, inclusive ativamente, mas que o processo histórico vai se perdendo por não ser transmitido aos mais novos que, por sua vez, não demonstram interesse em conhecer, ficam restrito ao que vêem, e por verem seguem, mas desconhece a historicidade local.

Nesse processo, é importante ressaltar a forma como vão se dando as transformações, no que diz respeito as formas de organizações na comunidade. O processo de divisão organizacional desta comunidade ocorre por meio da necessidade. Ou seja, a Vila é organizada inicialmente pela Irmandade, hoje extinta, por não mais conseguir representá-la religiosa e politicamente. Então dá espaço a CEB, que por sua vez, não consegue permanecer respondendo às questões sociais por muito tempo e, por questões jurídicas cede espaço à Associação de moradores, que por meio do reconhecimento de sua ancestralidade se transforma e Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel, permanecendo até os dias atuais responsável por questões sociais e políticas da comunidade. Em outras palavras, a comunidade não sofre mudanças em sua organização por meio de divisões políticas partidárias, como é comum na região, mas sim por questões de necessidade de representatividade e dessa forma, embora divididas organizacionalmente, as entidades continuam trabalhando em parceria, coletivamente. Neste aspecto, tais procedimentos incorporam relações de poder e, portanto assumem uma dimensão política.

É importante ressaltar, porém, que na comunidade há uma abertura para o diálogo significativa, ou seja, para a resolução de quaisquer questões que surgem na comunidade busca-se um “consenso”, não quero dizer com isso que não havia ou há disputa de poder entre as organizações, mas sim que, apesar desses conflitos,

privilegiam-se as necessidades da comunidade. Ou seja, mesmo quando há divergências de opiniões ou conflitos internos, o que prevalece é o bem estar da população. Entretanto para a conquista desse “bem estar” segue-se uma hierarquia institucional que demonstra as relações de poder existente na comunidade, ou seja, se o conflito está relacionado a questões de cunho religioso, a convocação para o diálogo parte da coordenação da CEB. No entanto, quando envolve questões sociais o poder está nas mãos da direção da Associação para fazer tal convocação e, dessa forma as representações de poder se manifestam. Nesse sentido, é comum ver as pessoas (moradores locais) se direcionarem à residência do presidente da Associação, a fim buscar “soluções” para algum problema que envolva a instituição ou algo de sua “responsabilidade” levando em consideração o poder a ela atribuído.

Figura 3 - Comunidade em reunião convocada pela Associação Quilombola



Fonte: Arquivo da Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel.

1.3 Questões Sociais e Políticas

De acordo com a abordagem realizada no tópico anterior, as questões políticas e religiosas da Vila, eram responsabilidade da Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel (1910 a 1998), enquanto organização civil, e permaneceu desta forma até sua extinção. Entretanto, no início da década de 1980 efetiva-se na Paróquia de Moju, por meio dos Padres Xaverianos, segundo Dornelas (2006) “como forma de adequar as estrutura da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II (1962 a

1965)”, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como meio de evangelização das massas populares, chega à Vila de São Manoel. Porém, a existência das duas organizações – Irmandade e CEB - dá início a um conflito de poder entre as instituições, por possuírem propostas semelhantes, entretanto, elas caminham paralelamente e permanecem dessa forma por cerca de 14 anos, quando a permanência da Irmandade torna-se insustentável, pois ao longo desse tempo a Irmandade começa a perder a sua representatividade junto a paróquia, haja vista que esta já possui sua própria representação no local, a CEB. Ou seja, quando o assunto era festividade do padroeiro, a CEB era quem deveria solicitar a presença do padre para a realização da missa, caso contrário, o padre não iria à comunidade. Ao perceber essa nova realidade e em meio a vários conflitos, as lideranças da Irmandade começam a dar espaço a CEB, que nesse primeiro momento fazem seus cultos e encontros religiosos nas casas das famílias.

Após a extinção da Irmandade - da qual também fiz referência no tópico anterior – a CEB passa a ser responsável pela realização das festividade e pelas questões sociais da comunidade, junto aos órgãos públicos. Ou seja, nesse período, para se conseguir algo em benefício da comunidade, bastava que a coordenação da CEB, se dirigissem aos órgãos públicos, que eram recebidos naturalmente. Porém, tempos depois, tais órgão passaram a exigir documentações com registros jurídico (CNPJ), algo que a CEB não possuía, e tal como ocorreu com a Irmandade, passou a perder sua credibilidade social e politicamente.

Em decorrência dessa nova realidade, surge a necessidade de criação de uma nova organização, então é criada a Associação dos Agricultores de São Manoel - que posteriormente, se transforma em Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel- da qual tratarei posteriormente, a fim de organizar as questões sociais da Comunidade. Deste período em diante a CEB, passa a organizar somente a parte religiosa, continuando a realizar as festividades de São Manoel, os cultos, os encontros e a ser também responsável pelo cemitério. E a Associação, por sua vez, torna-se responsável por tudo que diz respeito às questões sociais da Comunidade.

1.3.1 Luta, Resistência e Formas de Subsistência

Relatei acima, que a Vila de São Manoel surgiu a partir da doação de uma pequena área de terra de posse de uma família para construção da Vila, outrossim

que ao longo dos anos a Vila foi crescendo, as famílias se constituindo, as terras sendo repassadas de geração em geração e anos depois, em 2002, após um longo processo de sensibilização na comunidade, foi criada a Associação quilombola dos Agricultores para dar conta das questões sociais da comunidade.

Dessa forma, ressalto que embora São Manoel seja uma comunidade antiga e com um histórico de luta e resistência muito forte, somente em 2005 que foi reconhecida e titulada enquanto comunidade quilombola de fato e de direito - com base no art. 68 da Constituição Federal de 1988, que reconhece aos quilombolas o direito à propriedade de suas terras e a preservação de sua cultura – e por meio da sanção do Decreto Federal nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que permite a regularização das comunidades quilombolas possibilitando que seja demarcadas e tituladas enquanto comunidade tradicional, por meio da autodefinição e a também por meio de pesquisas etnográficas realizadas na região que comprovam a sua ancestralidade.

Estas pesquisas começam a ser realizadas na região de Jambuaçu a partir de 1998, quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na pessoa de Pe. Sérgio Tonetto⁶, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju (STTR), a Pastoral Social da Paróquia Divino Espírito Santo e as lideranças das Comunidades, trouxeram essa discussão, mobilização e esclarecimentos a respeito de comunidades e povos quilombolas, em todo o Território de Jambuaçu, incluindo São Manoel e então, deu-se início a um longo processo de reconhecimento da área.

Dessa forma, foram realizados na Região as perícias antropológicas, por meios dos quais a Justiça, diante da reivindicação de grupos tradicionais, determina a pesquisa etnográfica por parte de antropólogos que atuam na área forense, para fazer estudos nessas áreas e dando origem aos chamados laudos periciais fornecidos pelos antropólogos. A partir desses estudos o Juiz dá a sentença, determinando ou não aquela comunidade enquanto quilombola. Foi dessa forma que São Manoel foi reconhecida legalmente como comunidade tradicional quilombola e titulada pelo Governo do Estado, em 20 de novembro de 2005, anos depois foi homologado a

⁶ Antropólogo, atuou como pároco na paróquia Divino Espírito Santo, em Moju na década de 1980 e, foi um combatente no município, no que diz respeito às lutas sociais e fundiárias, principalmente na região de Jambuaçu, incluindo São Manoel.

criação do Território Estadual Quilombola, por meio do decreto nº 2.418, de 14 de novembro de 2010.

Esta comunidade faz parte de uma organização que é composta por 15 comunidades quilombolas, chamada BAMBAÊ⁷, que em um trecho do documento elaborado pelos quilombolas de Jambuaçu em 2017, são assim definidos

Somos um só povo, ligados por uma territorialidade ancestral e marcada, tradicionalmente, por interligações de famílias quilombolas. Nós nos autoafirmamos historicamente de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam social e politicamente através da interculturalidade resultante da articulação de nossos atributos identitários. (PROTOCOLO DE JAMBUAÇU, 2017, p.1)

Esse documento foi elaborado como forma de resistência das comunidades frente a qualquer forma de violação dos direitos adquiridos com tanta luta, isso diz respeito, sobretudo, as grandes empresas que tentam adentrar as comunidades sem respeitar direitos garantidos por lei, como o de ser consultados sobre qualquer atividade, governamental ou privada, que possa afetar a vida e a cultura desse povo, conforme determina a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho(OIT).

A luta da comunidade pelo direito à titulação de suas terras foi intenso, mas o que fortaleceu e continua mantendo viva a luta é a relação deste povo com a terra, fonte de seu sustento, de sua subsistências. É da terra que vem toda a produção que proporciona a dignidade às famílias, através da agricultura familiar, com cultivo de arroz, feijão, milho, farinha, do extrativismo, caça, pesca, e a partir da década de 1990, a produção de açaí - que na atualidade é o que domina a subsistência das família, juntamente com a farinha - e dessa forma as famílias conseguem viver “dignamente” ao longos dos anos.

Para o desenvolvimento de seu trabalho ao longo dos anos, os moradores produziam seus próprios artefatos como, no caso da produção de farinha construía paneiros, peneiras, tipitis, maceiras, pilão, entre outros. Para a pesca os moradores construía matapi, pari, redes para pesca, anzol entre outros, já para o trabalho com o açaí são utilizadas as rasas, também produzidas artesanalmente.

⁷ Coordenação das Associação das comunidades remanescentes de quilombo do Território de Jambuaçu.

Todos esses artefatos eram construídos pelos próprios moradores “os artesãos da vila”. Entretanto esses conhecimentos e valores culturais estão sendo sucumbidos pela contemporaneidade e não foram repassados para os jovens e crianças cujas práticas foram se perdendo. Porém, ainda existem pessoas que constroem instrumentos na comunidade e vivem ali à margem, sujeito a levar consigo tais conhecimentos, sem a oportunidade de repassá-lo.

Figura 4 - Sebastião dos Santos (Sabá) construindo um Pari, artefato utilizado na pesca artesanal.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Todavia, esses conhecimentos ainda podem ser reconhecido e os moradores, convidados a repassar tal conhecimento aos demais, cuja tarefa não é fácil, pois a comunidade precisa manifestar interesse em manter essa cultura e dessa forma buscar meios para possibilitar essa aprendizagem. Em outras palavras, é necessário que a comunidade considere importante o conhecimento desses saberes culturais para poder repassá-los às crianças e aos jovens. Estas atividades podem ser realizadas por meio de oficinas e palestra na comunidade, de maneira que reforcem a importância de manter viva essa cultura, podendo ser organizada pela comunidade em conjunto com a escola local.

1.4 O Cotidiano da Comunidade

No decorrer da pesquisa observei o dia a dia da comunidade, em busca de identificar os saberes e fazeres dos moradores desta comunidade e analisar através de suas atitudes o que os define em termos culturais. Por meio de conversas com vários membros da comunidade procurei identificar como eles se percebem

culturalmente, ocasião em que percebi uma grande dificuldade dos moradores em encontrar uma definição cultural da comunidade, porém, no decorrer da conversa os traços da comunidade foram surgindo.

A Comunidade Quilombola São Manoel pode ser definida como uma Comunidade que trabalha coletivamente, em benefício do seu povo, possui costumes como banhar-se no rio, cultivar roças pra obter a farinha, fazer plantações de açaí e outras formas de subsistência, jogar um futebolzinho no final da tarde, fazer constantes reuniões para decidir questões importantes pra comunidade, ir ao benzedor ou curandeiro quando há alguma enfermidade, utilizar ervas medicinais em caso de doenças “mais leves”, pedir ao puxador uma puxada quando sofrem uma leve torção, fazer visitas às comunidades vizinhas (para rezar, fazer mutirão, jogar futebol ou mesmo ir as festas), produzir seu próprio instrumento de trabalho – quando possível – e realizar a festividade do padroeiro todos os anos.

Figura 5 Cotidiano na comunidade



Fonte: Arquivo pessoal

Outra relação importante de se destacar no cotidiano desta comunidade, é a relação dos moradores com o igarapé Jambuaçu, que durante anos foi fonte de sustento das famílias, e é onde também as crianças brincam ao tomar banho “na ponte”, pescam, andam de rabudo ou de casco, e serve também de via de acesso dos adultos e também da crianças que acompanham seus pais ao trabalho, mas que ao longo do tempo vem sofrendo com a poluição ocasionada por moradores das comunidades ao longo do igarapé e também por grandes empresas que despejam seus resíduos tóxicos em áreas próximas ao igarapé e que são levados por meio das chuvas para o seu leito, isso quando não são despejados diretamente no igarapé, provocando a mortandade de peixes e prejudicando a saúde dos moradores como já ocorreu anos atrás, segundo relatos.

Figura 6 - Moradores em sua relação com o igarapé Jambuaçu



Fonte: Arquivo Pessoal

É anseio dos moradores locais ver sua cultura sendo trabalhada dentro da comunidade, sobretudo, por meio da escola, haja vista que as crianças já carregam consigo toda essa bagagem cultural, ou seja, os alunos possuem experiências educativas que precisam ser reconhecidas no espaço escolar. Dessa forma, há uma grande necessidade de se trabalhar atividades considerando a identidade cultural da comunidade voltada, sobretudo à ancestralidade, à cultura quilombola, aos saberes culturais que idosos ainda reproduzem e a continuação de práticas muito comuns há tempos atrás, que por preconceitos, influência midiáticas e outro fatores externos, vêm se perdendo ou deixando de ser reconhecidos, como é o caso das rezas dos pajés (benzedores) e curandeiros (que utilizam ervas medicinais), as parteiras que ainda hoje socorrem as mães no hora do parto, sobretudo quando a dificuldade de chegar ao hospital é muito grande, o que é comum no local, devido a distância a ser percorrida até a cidade, mas que são discriminadas pela medicina, que não reconhece essa prática, por acreditar no risco que correm as partes envolvidas durante essa ação.

Todo esse conhecimento cotidiano deveria ser trabalhado na escola pois, de acordo com Dayrell, quando discute a escola enquanto espaço sócio cultural, afirma que

Para a aprendizagem se efetivar, é necessário levar em conta o aluno em sua totalidade, retomando o aluno como sujeito sócio-cultural, quando sua cultura, seus sentimentos, seu corpo, são mediadores no processo de ensino aprendizagem (DAYRELL,1996. p. 157)

A comunidade se auto define pela forma de se organizar, coletivamente. Uma atitude muito comum entre os moradores é a organização por meio de mutirão, uma cultura que a comunidade possui desde as primeiras gerações. Essa prática se manifesta em situações diversas: às vezes, para limpar o espaço onde vivem, às vezes para trabalhar na limpeza dos sítios e plantações, para ajudar algum doente, ou para “reformular” a escola e a igreja, construir espaços para melhorar a convivência, entre outras razões. Moradores relatam que a atuação do poder público na comunidade é quase inexistente há anos, portanto grande parte das benfeitorias realizadas na comunidade são conquistadas por meio dessa prática – o Mutirão.

Muito mais do que uma simples reunião de pessoas para limpar ou construir algo, a prática carrega consigo valores muito importantes para vivência na comunidade e envolve os moradores locais, mas também, antigos moradores e familiares, que por questões particulares, deixaram a comunidade, entretanto, continuam ajudando, por sentirem-se pertencentes e enraizados nesse lugar

Figura 7 - Mutirão para aterrar a Ponte



Fonte: Arquivo Pessoal do Professor Valclede Almeida.

Figura 8 - Moradores em mutirão para limpeza da Comunidade



Fonte: Arquivo Pessoal.

Nesse sentido, a forma coletiva de se organizar - representada principalmente por meio de mutirão, é considerada pelos moradores uma característica muito forte na comunidade - sobretudo no que diz respeito a busca pelo bem estar dos comunitários.

Ao tratar da história e do cotidiano da comunidade procurei compreender os elementos culturais que a comunidade considera importante para a sua vivência e os anseios e perspectivas com relação às práticas curriculares da escola para fins de reconhecimento da identidade cultural vivenciada a partir de seu cotidiano. No capítulo que segue tentarei identificar como se processam as relações entre escola e comunidade por meio do cotidiano escolar, na tentativa de compreender, se a escola considera as representações cotidianas de sua clientela no desenvolvendo de suas atividades curriculares.

2 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL SÃO MANOEL (EMEIFSM)

Na perspectiva educacional de Pozenato (2003. p. 122) em análise acerca da importância da cultura na educação, “a primeira função da educação é de *Transmitir*, dentro do grupo cultural, os saberes acumulados pela soma de experiências desse mesmo grupo humano”. Partindo desse princípio analisarei neste capítulo o cotidiano escolar de São Manoel, fazendo uma abordagem histórica da docência no lugar ao longo dos anos, outrossim analisarei de que forma se processa o planejamento curricular da escola, a fim de entender se os elementos culturais da comunidade são inseridos em suas atividades curriculares levando em conta as experiências educativas defendida pelo autor.

Figura 9 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental São Manoel



Fonte: Arquivo Pessoal.

2.1 A Docência na Comunidade

Há cerca de oitenta anos deu-se início a escolarização na comunidade São Manoel, segundo relatos dos moradores, foi no final da década de 1930 que as primeiras professoras iniciaram as atividades curriculares na escola, nessa época as professoras lecionavam em uma casa de madeira que funcionava como escola.

No final da década de 1940 a escola atual foi construída e as aulas passaram a funcionar no local. Ao longo dos anos vários professores lecionaram nesta escola, professores locais e muitos advindos de outros lugares e municípios. Existia uma rotatividade frequente dos professores, associada ao pouco tempo de serviço e devido

a uma grande influência política no município, ou seja a maioria dos professores que lecionavam na comunidade advinham por meio de indicações políticas. Essa realidade é abordada por Hage em seu artigo “A multissérie em pauta: para transgredir o *Paradigma Seriado* nas escolas do campo” que aborda

A punição pelo fato de os professores não pertencerem ao grupo que lidera a gestão municipal vigente ou a indicação de docentes envolvendo parentesco ou compromisso assumidos com representantes do poder público municipal interferem de maneira desastrosa na dinâmica de lotação dos docentes efetuada pela secretaria de educação, submetendo os professores a uma grande rotatividade[...], agravada pela instabilidade no emprego, deixando os educadores reféns de sujeitos e grupos que possuem o poder de mando nessas pequenas comunidades. (HAGE, 2008, p. 2)

Hoje, na comunidade, no que diz respeito a formação de professores, a realidade é outra, os professores que lecionam na escola são concursados e efetivos. Entretanto, são os únicos funcionários da escola, com exceção do Barqueiro⁸, o que demanda uma atuação para além da sua função, haja vista que não há outro profissional na escola.

Em anos anteriores (até 2017), quando ainda haviam outros funcionários na escolas, a realidade continuava a mesma, ou seja, a cada novo mandato no município, os funcionários mudavam, de acordo com a influência da nova gestão. Este ano a situação está ainda mais difícil, pois até o final da pesquisa não haviam profissionais em outras áreas da escola. Ou seja, os professores, tem que ser também serventes, zeladores, diretores, cuidadores, entre outras funções, prejudicando o seu desenvolvimento enquanto docente, e afetando diretamente a o processo pedagógico e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos.

Em relação à formação acadêmica desses profissionais, segundo relatos, os professores que ai lecionaram nesse período (Década de 1930) - e por longos anos - eram professores leigos. Saber ler e escrever era requisito suficiente para que pudessem dar aulas, e assim repassavam o seu conhecimento aos alunos. Os anos passaram e os professores foram se adaptando às exigências necessárias para lecionar naquele momento histórico, alguns professores inclusive davam aula possuindo apenas 4ª série, o que os habilitava para lecionar, naquele dado momento.

E dessa forma, a medida que era aprovada uma nova legislação, para o exercício da docência, exigia-se desses profissionais uma nova capacitação, foi dessa

⁸ Nome atribuído ao proprietário da embarcação responsável pelo serviço de transporte escolar fluvial

maneira que o professor Valclede Almeida, que lecionava há anos na comunidade, apenas com o ensino médio, iniciou, em 2009, sua primeira graduação, por meio do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), direcionado a docentes da rede pública que estavam atuando nas séries iniciais, mas ainda não possuíam graduação na sua área de atuação, exigência estabelecida na LBD 9.394/96. Em 2012, este professor, se tornou o primeiro professor com graduação e licenciado em pedagogia, a lecionar em São Manoel e, continua atuando até os dias atuais, com a turma de 3º ao 5º ano. Juntamente o professor Valclede nessa missão de educar nesta comunidade, está a professora Solange Monteiro, filha da comunidade, mas que esteve ausente por longos anos, Pedagoga por formação, atua na docência há 34 anos, porém começou a lecionar na comunidade no ano 2013, atuando na educação infantil e com a turma de 1º e 2º anos, após prestar concurso público do município.

Figura 10 Professora Solange Monteiro e Professor Valclede Almeida



Fonte: Arquivo pessoal

2.2. O Cotidiano Escolar

Atualmente a Escola São Manoel possui em seu quadro de funcionários, dois professores efetivos, licenciados em pedagogia, e um barqueiro, responsável pela locomoção dos estudantes que moram à margem do Igarapé Jambuaçu, atende quarenta e cinco alunos da educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental, disposto em duas (02) turmas no formato multisérie¹⁰, segundo Hage (2006) tendo o professor que desenvolver suas atividades com vários alunos, de séries diferentes, na mesma sala de aula, com realidades e necessidades distintas, inclusive alunos em processo de alfabetização, o que exige que o professor elabore vários planos de aulas para contemplar a turma toda, porém isso nem sempre acontece por uma série de fatores. Antes, porém de adentrar nessa questão analisarei acerca dos dados coletados durante o período de observação participante nas salas de aula dos professores. Nesse período (Março, Abril e Maio), observei que os alunos chegam à escola de duas formas diferentes: andando à pé ou de embarcação escolar, realidade vivenciada cotidianamente pelo alunos que moram à margem do igarapé e ao longo da estrada de chão ou mesmo próximo à escola. E traduz a forma como se dá a locomoção dos moradores locais cotidianamente.

Chegam bem antes de iniciar a aula e enquanto aguardam a chegada dos professores no espaço escolar, cada turma reage de uma forma diferente. Os menores, turma A¹¹, aguardam em fila na porta da sala ainda fechada, enquanto que os da turma B, de portas já abertas, entram deixam seus cadernos e brincam correndo no corredor da escola até que o professor chegue. A forma diferenciada de comportamento das crianças, representa as diferentes formas de desenvolver a aprendizagem das crianças, por parte dos professores. De um lado uma professora mais rigorosa, mas não autoritária, e de outro um professor mais “liberal”, o que não significa que também não tenha seu rigor. Cada um à sua maneira, procura desenvolver sua docência em função da aprendizagem das crianças.

A professora chega, pontualmente às 13:00h, e traz consigo a merenda das crianças já produzida por ela em sua própria casa, essa atitude se tornou uma

¹⁰ Desde 2013, com a inclusão da educação infantil, a escola possuía três turmas multissérie, no entanto este ano (2018) a Secretaria Municipal de Educação, dispôs os alunos em apenas duas turmas, fato que causa transtornos, devido a discrepâncias com relação a idade e o nível de desenvolvimento de cada criança, a comunidade está em processo de luta constante para que as turmas voltem a configuração anterior.

¹¹ Identificação das turmas (A= educação infantil e 1º ano; B= 2º, 3º, 4º e 5º ano).

realidade constante, devido à falta de servente¹², fato que interfere diretamente no processo pedagógico, pois o desvio de função acarreta sobrecarga aos docentes e não sobra tempo de planejar uma aula de maneira apropriada, prejudicando o processo de ensino aprendizagem.

Nessa turma, a aula começa com uma pequena Oração (Oração do anjo da guarda), que as crianças repetem com fervor, e nessa pequena representação, se reflete a religiosidade da comunidade presente na escola, que carrega consigo o nome do Padroeiro do lugar e talvez por isso, a valorização da religiosidade nesse espaço escolar. Em análise ao diário de classe das turmas, de anos anteriores, notei que esta é uma prática constante na sala de aula já há alguns anos. Após a Oração as crianças permanecem sentadas aguardando, enquanto a professora “passa” a lição do dia anterior às outras.

Na turma, cada criança possui seu próprio material, entretanto, todos os materiais são postos em um único recipiente no centro de uma mesa grande, disposta no meio da sala, como se tudo fosse de todos. E dessa forma a professora trabalha a noção de coletividade, colaboração entre as crianças, uma característica presente no cotidiano delas.

No alto da sala, desenhos construídos pelas crianças decoram o ambiente e ao redor vários livros à disposição dos alunos, há também um som antigo para colocar cantigas educativas para que as crianças cantem juntas acompanhando o áudio.

Figure 11 Professora da turma de educação infantil e 1º ano.



Fonte: Arquivo pessoal

¹² No início de cada ano letivo a prefeitura contrata profissionais na área de serviços gerais para atuar nessa escola, no entanto até o final da pesquisa (maio de 2018), não havia sido contratado ninguém pra esta função.

Bem ao lado, na turma B, a realidade é um pouco diferente, as carteiras são dispostas em fileiras, os materiais são responsabilidade dos próprios alunos, os cartazes que decoram o ambiente trazem consigo parte dos conteúdos ensinados diariamente pelo professor. Próximo ao quadro um cartaz maior traz versos de um hino religioso, que o professor utiliza para trabalhar os conteúdos solicitados no currículo para aquela disciplina. Assim como na turma A, o professor também faz uso de materiais religiosos como hinos, bíblias e cadernos catequéticos, para dar suas aulas desenvolvendo assim atividades voltadas à religiosidade da comunidade.

Figura 12 - Professor da Turma B realizando atividade com os alunos



Fonte: Arquivo Pessoal.

Na análise sobre as dificuldades dos professores no desenvolver do processo pedagógico, percebo que a dificuldade do professor da turma B aparenta ser maior. Não quero dizer com isso que a professora da turma A não tenha dificuldade, mas sim que o conteúdo programático das séries seguintes são mais complexos e diferenciados e portanto o professor *“tem que se virar como pode, para dar conta da turma”* – expressão do próprio docente – e esse “dar conta” nem sempre é alcançado, devido à necessidade de maior atenção de alguns estudantes e, então, o professor, em raros casos, se vê “obrigado” a passar o aluno de ano, devido o aluno já estar em idade avançada. Este fato reflete as dificuldades que o professor encontra, sobretudo, quando na turma existem alunos com déficit de aprendizagem. O professor não consegue dar atenção especial a determinado aluno, que, por estar no meio das

crianças menores, passa por constrangimentos e até mesmo *Bullying*, ocasionando, em muitos casos, a desistência do aluno e a evasão na escola. E nessa atitude o professor vê no *passar de ano*, uma esperanças na continuidade da vida escolar daquele aluno.

Nas duas últimas décadas a escola tem passado por inúmeras dificuldades no que concerne a questão estrutural, o prédio é antigo e não passa por reforma há anos, ocasionando vários problemas, entre eles, o surgimento de “goteiras” nas salas, interrompendo imediatamente a aula em dias de chuva e prejudicando o ensino-aprendizagem dos estudantes. Ensino esse, que já é deficitário por conta da forma de divisão de turmas, relatada anteriormente. Segundo relatos de professores e moradores, no início deste ano (2018) a situação estava tão complicada, que a comunidade organizou mutirões para arrumar (pintar, retelhar, lavar, limpar ao redor) a escola, para que fosse possível continuar as atividades escolares durante o ano letivo.

Há uma promessa de construção de uma nova escola, mas esta é uma promessa que se arrasta por várias Gestões Municipais, sem que de fato se efetive. A verdade é que a escola se encontrar em estado muito precário, sendo quase impossível continuar lecionando e estudando em seu interior. Pude presenciar no período de observação, momentos de interrupção de aula, nas duas turmas, por conta das chuvas, e quando acontece, um grande alvoroço se forma para que os materiais escolares não fiquem molhados, problemas que interferem, negativamente, no processo de educacional dos alunos. Retratos de uma escola em completo abandono por parte dos órgãos públicos, que carregam em seu discurso a prioridade por uma educação de qualidade.

Em uma análise inicial acerca da Escola, procurei demonstrar como ocorreu o processo educacional a partir de uma reflexão acerca da formação acadêmica dos profissionais que lecionaram no local, outrossim fiz uma abordagem sobre o cotidiano da escola, analisando as dificuldade dos docentes em educar alunos em turmas multisséries, finalizando com uma análise estrutural da escola, enquanto ambiente educativo e as implicações que pode causar no processo de ensino-aprendizagem.

Em vista do que analisei e descrevi nesta abordagem com relação ao cotidiano dos alunos em sala de aula, e a forma como cada professor lida com a

realidade de sua clientela e com suas próprias dificuldades com relação ao formato de suas turmas, analisarei no tópico seguinte como os professores elaboram o currículo que desenvolvem em suas turmas para dar conta de uma educação satisfatória, do ponto de vista institucional e comunitário. Outrossim, se levam ou como levam em consideração a bagagem cultural de seus alunos a fim de tornarem-nos, não somente sujeitos escolarizados, mas sobretudo sujeitos sociais críticos fortificados em suas raízes.

2.3 O Currículo na Escola São Manoel: A importância do professor na construção de um currículo voltado à cultura da comunidade.

“Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja a melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor não é o seu único praticante”. Com esta afirmação, retirada o livro “O que é educação” Brandão (2007) mostra que a educação não está restrita ao espaço escolar, mas sim, que está presente em diferentes espaços e pode proporcionar diferentes tipos de aprendizagem, não somente uma educação escolarizada, mais uma educação voltada às “experiências educativas” do sujeito, Pozenato (2003). Nesta perspectiva tratarei da análise acerca de qual tipo de educação é concebida na Escola São Manoel, que valores estão postos no currículo desenvolvido pelos docentes. Abordarei a seguir, as práticas utilizadas pelos professores e o seu olhar sobre aquilo que desenvolve em suas atividades pedagógicas. Abordarei, também, o olhar da comunidade em relação às práticas desses profissionais, buscando compreender o que se espera da escola com relação ao desenvolvimento de atividades que considerem os saberes e fazeres da comunidade, enquanto cultura local.

2.3.1 O Processo Educacional

Durante a pesquisa procurei analisar o currículo escolar que vem sendo desenvolvido na escola ao longo dos anos, na perspectiva de compreender de que maneira a educação é concebida nesta instituição. De acordo com Emanuelle Oliveira¹³ “o currículo escolar abrange as experiências de aprendizagem

¹³ Teorias do currículo <disponível em www.infoescola.com/educação/teorias-do-curriculo/amp/?espv=1. Acesso em 21 de Junho de 2018.

implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes”. Ainda segundo a autora

ele deve contribuir para a construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de ensinar um determinado assunto, que deve aguçar as potencialidades e a criticidade dos alunos (IDEM)

Após análises das teorias crítica do currículo de Silva (2004) afirma que

o currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem papel decisivo na estrutura de classe da sociedade capitalista. O currículo é aparelho ideológico do estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político. (SILVA, 2004. p.147-148)

O Processo Educacional Escolarizado, em São Manoel, tem início em meio a essa perspectiva teóricas, segundo relatos dos moradores da comunidade, o ensino era voltado exclusivamente para fins de instrução e letramento, o currículo ora desenvolvido, era baseado em conteúdo dos livros didáticos que chegavam à escola por meio da prefeitura e eram utilizados na íntegra com os alunos, apesar de retratarem uma realidade totalmente diferente daquela vivenciada por eles. Ou seja, aquilo que eles viam no livro didático, não era a realidade que eles viviam no cotidiano. Nessa perspectiva Pierre Bourdieu e Passeron(1975) escrevendo acerca da realidade francesa na obra “*A reprodução*”, destacam esse aspecto, relacionando ao fato de que, a escola não se preocupava com as questões culturais da população, mas com a cultura da classe dominante. O currículo, segundo eles, era um instrumento de dominação da cultura dominante em detrimento da cultura dominada e a escola era um instrumento de reprodução das ideias de domínio de uma classe sobre a outra.

Escrevendo sobre a realidade brasileira Dayrell (1996) também faz uma abordagem acerca dessa relação em seu artigo “*A escola como espaço sócio-cultural*”, tecendo críticas a um modelo de escola baseada somente na reprodução, onde, segundo ele

Ensinar se torna transmitir [...]conhecimento acumulado, e aprender se torna assimilá-lo. Como a ênfase é centrada nos resultados da aprendizagem, o que é valorizado são as provas e as notas e a finalidade da escola se reduz ao “passar de ano”. Nessa lógica, não faz sentido estabelecer relações entre o vivenciado pelos alunos e o conhecimento escolar, entre o escolar e o extra-escolar, justificando-se a desarticulação existente entre o conhecimento escola e a vida do aluno. (DAYRELL, 1996. p. 139)

Em contraponto a essa ideia e propondo uma nova forma de trabalhar o currículo, que é também defendida por Hage (2006), este autor pressupõe a necessidade de se pensar em políticas curriculares que valorizem a cultura e os saberes produzidos pela população através do trabalho, da forma de viver, com suas experiências e formas de se organizar, para que dessa forma, se afirme, através do currículo, as identidades culturais próprias do local onde vivem. Para ele

[...] os alunos já chegam à escola com um acúmulo de experiências vivenciadas em múltiplos espaços, através das quais podem elaborar uma cultura própria, uns “óculos” pelo qual vêem, sentem e atribuem sentido e significado ao mundo, à realidade onde se inserem [...]. (IDEM)

A Escola São Manoel não possui Gestão Escolar, ou seja, não tem Diretor, Coordenação Pedagógica, ou mesmo Conselho Escolar, este último foi criado em 1997 e vigorou durante um tempo, mas por questões jurídicas, está sem funcionar desde 2002, essa realidade exige do professor uma completa dependência da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no que diz respeito às necessidades da escola, ou seja, para cada necessidade da escola é preciso recorrer à SEMED e aguardar que esta, lhe dê um retorno.

Com relação ao currículo escolar trabalhado na escola não é diferente, repete-se o mesmo material todos os anos. Ou seja, o currículo utilizado em 2018 é o mesmo dos anos passados, relata a professora informante, os mesmos assuntos, o mesmo material didático, a mesma metodologia proposta aos professores. Ou seja, trata-se de um currículo formal, enviado pelas Secretarias competentes que traz em sua proposta tudo aquilo que o sistema de ensino impõe, sem que haja planejamento com a comunidade para possíveis adaptações que considerem a realidade local. E o professor, diante desse contexto - de um currículo desconectado da realidade local - ainda precisa assumir funções para além da sua docência. Por conta disso, há um grande questionamento dos professores com relação a proposta defendida pelos autores associados a pedagogia popular ou mesmo a pedagogia dos conteúdos: Como desenvolver um currículo que represente a cultura da comunidade, se não sobra tempo para organizá-lo? como desenvolver atividades adequadas à realidade local, quando se precisa ir atrás de merenda, gás, transporte escolar e materiais básicos para a escola?

Esses questionamentos refletem a realidade vivenciada pelos professores da comunidade e podem talvez, justificar o desenvolvimento de atividades curriculares

voltadas, quase que exclusivamente, conforme aborda Hage (2008. p.3) “para as indicações dos livros didáticos, sem se atentar com clareza para as implicações curriculares dessa atitude, uma vez que esses manuais didáticos têm imposto a definição de um currículo deslocado da realidade e da cultura das populações do campo da região”. Sob a perspectiva da pedagogia dos Conteúdos, Libâneo (1994) aborda a necessidade de fazer da escola um instrumento de transformação social, valorizando em seu currículo uma consciência de seus condicionantes históricos.

A difusão de conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torna-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes históricos-sociais, a função da pedagogia ‘dos conteúdos’ é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes. (LIBANEO, 1994, p.69)

Nesse sentido, durante a pesquisa, em análises realizadas nos diários de classe de anos anteriores das turmas, observei que ao longo dos anos letivos, os professores fazem pequenas adaptações em determinados conteúdos, na tentativa de relacioná-los com a realidade local. Essas “adaptações” estão sempre voltada à questões étnico-raciais, devido a sua etnia, aos formatos de famílias, à história e culturas locais, à religiosidade na comunidade, à religiosidade do povo negro ou ligadas ao meio ambiente.

Figura 13 – O Professor e a turma plantando mangueira na Comunidade (Turma/2013)



Fonte: Arquivo pessoal do professor Valclede Almeida

Figura 14 - Professora fazendo apresentação de carimbó com os alunos no encerramento da Festividade de São Manoel 2017.



Fonte: Arquivo da Comunidade Eclesial de Base São Manoel

Entretanto, essas “adaptações” são realizadas isoladamente, ou seja, sem que haja um planejamento em conjunto com a comunidade local, a fim de chegarem a uma proposta curricular que possa ser desenvolvida na escola para que haja o reconhecimento da identidade local. Retomarei essa questão posteriormente.

Em outras palavras, há um distanciamento entre escola e comunidade, quando se trata dessa questão, por conta disso há uma impossibilidade de diálogo, para que possa ser desenvolvido um currículo que expresse a cultura local e reflita a sua identidade. Hage (2006) fazendo uma análise acerca das políticas e propostas educacionais e curriculares na Amazônia, aborda que, essa forma de compreender e desenvolver o currículo, desvinculado da realidade local, é reflexo de políticas e propostas educacionais e curriculares, pautadas em mecanismos que privilegiam perspectivas mercadológicas e globalizantes, sem considerar a importância e a eficácias dos saberes que advém das práticas cotidianas do local onde o estudante está inserido, e quando são utilizados, geralmente o são de forma descontextualizadas ou sem uma sequência, que fortaleça e dê significado a sua existência.

Ou seja, há uma ausência do enraizamento nas adaptações. Segundo os próprios professores, estas são realizadas para ser desenvolvidas naquele momento ou naquela aula, sem uma sequência pedagógica ou registro documental, de maneira que se possa dar seguimento posteriormente e assim, sempre que desenvolvem essas atividades, tendem a começar do “zero” e conseqüentemente, param sempre no mesmo ponto. E com o passar do tempo, sobretudo no que diz respeito a história local, aqueles que detêm o conhecimento a esse respeito, naturalmente tendem a “faltar” e consigo levam o conhecimento do processo histórico, dificultando a pesquisa e continuidade no repasse desse conhecimento.

Conforme relatado anteriormente, a Escola São Manoel está localizada em uma Comunidade Quilombola, e portanto é considerada uma Escola Quilombola. Essa titularidade lhe proporciona ou deveria proporcionar, vários benefícios, haja vista que existem várias Leis, Decretos e Resoluções, Estaduais e Federais, conquistados por meio de lutas dos movimento negro e movimentos sociais, voltadas a educação escolar quilombola para o reconhecimento cultural da população negra e povos tradicionais por meio do currículo, entre eles, a LDB 9.394/96, que, por meio da lei 10.639/2003, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura Afro-Brasileira”, a Lei Estadual nº 6.941/2007, que estabelece políticas públicas específicas à população negra do estado do Pará, a resolução Nº 4/2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica, instituindo a educação escolar quilombola e a Resolução Nº 8, de 20 de Novembro de 2012 , que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Esta última estabelece em seu Art.1º, § 1º

A educação escolar quilombola na educação básica:

I – organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção de trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o País;
- h) da territorialidade.

Quase seis anos se passaram da publicação desta Resolução e o que se percebe nas escolas quilombolas da região e sobretudo na escola, lócus da pesquisa,

é que muito pouco dessas questões é abordada na escola, e, segundo relatos, sequer falam sobre a existência dessas Leis no ambiente escolar ou na comunidade. As razões podem ser as mais variadas, dentre as quais pode-se destacar, o desconhecimento desses direitos por parte da comunidade e/ou as burocracias existentes para que de fato se efetive a sua implementação, haja vista que em nosso País há uma “cultura” de engavetamento das leis ou descumprimento delas, sobretudo quando trata-se de beneficiar as classes mais pobres e oprimidas.

Para que se efetive a implementação dessas Diretrizes Curriculares Nacionais no âmbito das escolas quilombolas é necessário uma ampla discussão entre escola/comunidade e Poder Público Municipal. Entretanto, levando em consideração a atual conjuntura política no país e sobretudo no Município de Moju, essa pode ser uma questão que demandará longos anos. Apesar dos grandes desafios enfrentados pelas escola, no que diz respeito aos conteúdos escolares afirma Libâneo

a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos, que tenham ressonância na vida dos alunos. Entendida nesse sentido, a educação é ‘uma atividade mediadora no seio da prática social global’, ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, por intervenção do professor e por sua própria participação ativa passa de uma experiência confusa e fragmentada (sincrética) a uma visão sintética mais organizada e unificada. (LIBÂNEO. 1994. p. 69)

Nessa perspectiva, o tópico seguinte aborda o desenvolvimento de atividades voltadas a um “bom ensino”, que leve em consideração as experiências educativas do sujeito, por meio de seu currículo, e dessa forma analisarei se a escola aplica ou não tais conhecimento no seu cotidiano escolar. E, se for o caso, farei sugestões de atividades que talvez possam contribuir para uma aproximação das atividades da escola à vivencia na comunidade.

2.4 Aplicabilidade da experiência educativa no currículo escolar de São Manoel?

A vida na Comunidade Quilombola São Manoel é muito simples e pacata, sem muitas mudanças repentinas ou drásticas, típica de comunidade do interior e vê na sua tranquilidade cotidiana e em sua relação de convivência com seus “irmãos” e com a natureza, razões para jamais se afastar dali, a não ser quando se vêem obrigados pelas circunstâncias advinda em decorrências de estudo ou necessidades de trabalho,

mas mesmo esses, na primeira oportunidade voltam ao seio da “família” ou continuam em constantes visitas ou contato. É uma comunidade muito carente no que diz respeito à políticas públicas, perceptível na escola, que está desmoronando aos poucos, no posto médico que não funciona, nas estradas que, esburacadas, dificultam o acesso até a sede do município. Enfim, tudo ali é conquistado com muita luta, persistência e resistência daquela população, que com o passar dos anos, mantêm suas tradições vivas na memória e no cotidiano de sua gente e que precisam ser reconhecidos na comunidade e também no espaço escolar.

No primeiro capítulo deste trabalho tratei da formação da comunidade, nele o que se propunha era compreender como os saberes e práticas culturais se processam no cotidiano da comunidade desde o início de sua organização social. Esta abordagem se fez necessária por acreditar que são nas relações sociais que as experiências educativas acontecem, por meio de seus saberes e de suas práticas cotidianas, pois, de acordo com Brandão (2007, p. 13) “a educação existe onde não há a escola e por toda parte”. Portanto é no dia-a-dia que o sujeito adquire conhecimentos que servirão de base para uma vida em sociedade que não esteja somente voltada à educação escolar. No caso da comunidade São Manoel estas experiências educativas estão diretamente relacionadas com sua religiosidade, com suas formas de organização social e sua relação de luta e resistência na busca do bem viver dos seus moradores.

O segundo capítulo procurou mostrar como está estruturada a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de São Manoel, em termos físicos, mas sobretudo no que diz respeito ao seu cotidiano escolar. Em um primeiro momento, fiz uma abordagem acerca da docência na escola, mostrando como aconteceu a formação desse profissional ao longo da escolarização na comunidade, em seguida no seio da sala de aula, observei o cotidiano das turmas desde a chegada dos alunos à escola. Essa abordagem teve sua importância, por trazer a compreensão de como funciona a escola em seu dia-a-dia e o que da cultura local está presente em suas atividades escolares e, por considerar que a escola, não é o único local de formação do sujeito, mas tem importante contribuição no processo formativo dos alunos.

Ainda neste capítulo, por meio de tópico, tratei do currículo escolar da instituição desde o início da escolarização, fiz uma análise a partir de relatos dos moradores, da observação em sala de aula e de diários de classe de anos anteriores, na qual analisei até que ponto os saberes e as práticas culturais da comunidade local

funcionam como conteúdos curriculares na formação da sua clientela. Este estudo se fez importante justamente porque inicialmente me propus compreender se os conhecimentos, os saberes e as práticas da comunidade eram ou não aplicadas nesses conteúdos curriculares.

No tópico que segue, analisarei o currículo escolar a fim de verificar se a escola aplica ou não esses conhecimentos em seu cotidiano. Em seguida verificarei qual o tipo de currículo a escola adota em suas atividades curriculares e, por fim, quais as implicações e/ou significados da relação escola/comunidade.

2.4.1 O que a escola trabalha dos saberes e fazeres da comunidade?

A Comunidade Quilombola de São Manoel ao longo de seu processo histórico, vem desenvolvendo uma educação não apenas escolar, mas também a partir de sua vivência e das experiências interpessoais que acontecem no âmbito da comunidade. Antes mesmo do início da escolarização, como já relatamos anteriormente, a comunidade repassava seus conhecimentos por meio da sua relação cultural, religiosa e social. Um exemplo que reflete a Educação Popular, Pozenato (2003) na comunidade, é a prática do mutirão. Por meio dessa prática os moradores da Vila repassam aos seus, valores e conhecimentos com base em suas próprias experiências cotidianas. O mutirão pode ser analisado de vários pontos de vista, pois possui várias configurações, das quais cito duas para contextualizar minha análise: O primeiro, é o mutirão organizado para a limpeza da Vila ou construção de espaços. Essa forma de mutirão acontece sempre que o local está “cerrado¹⁴”, ou precisando de algum reparo, organizado para que o ambiente onde se vive permaneça limpo e adequando para se viver. Nessa configuração de mutirão a experiência educativa é voltada ao ensinamento de como viver em comunidade, onde a ajuda mútua torna a convivência mais agradável, além de repassar conhecimento acerca de como melhor desenvolver determinado trabalho, a partir da experiência do outro. A segunda, é do mutirão voltado para o trabalho de grupo, para limpeza dos sítios ou plantações, este é sempre desenvolvido por adultos e traz nas diferentes experiências de seus agentes a experiência educativa, repassada na teoria e também na prática, ou seja, cada

¹⁴ Expressão utilizada pelos moradores, quando querem dizer que a vila está com a grama do espaço de convivência maior do que a considerada normal.

participante detém um conhecimento que é repassado ao demais a partir dessa prática.

A educação popular ou “educação informal”, Gohn (2006) pode também ser encontrada nas práticas de reunião das organizações sociais, que acontecem sempre quando os moradores precisam tomar decisões que levem em consideração o bem viver dos comunitários. Nessa prática, a experiência educativa que se processa é voltada à ideia de trabalho coletivo (trabalhando em prol de um objetivo), onde o individualismo é visto como fraqueza. Nessa perspectiva a educação é repassada em forma de resistência, característica das comunidades éticas, na qual ela está inserida. Considerando estas experiências educativas, adquiridas pelos alunos em seu convívio social, o que a escola trabalha dos saberes e fazeres do cotidiano cultural em seu currículo?

No período de observação tive a oportunidade de assistir às aulas de história e geografia. Na primeira, o conteúdo era relacionado ao dia da consciência negra, o professor iniciou a aula, sem que houvesse um único livro em sua mesa, dividiu a lousa em três partes (cada uma referente a uma determinada série), e iniciou fazendo uma narrativa da história do “Descobrimento do Brasil” e a chegada dos negros no território brasileiro, abordou as formas como eles eram tratados e mal tratados, e seguiu sua narrativa, por vezes, fazendo anotação no quadro negro. Avançando na história, explicou aos alunos como e, em que ano ocorreu a assinatura da Lei Áurea, e por fim, falou, resumidamente, da história de Zumbi dos palmares, líder quilombola que foi assassinado no dia em que se comemora o dia da consciência negra. Na segunda, a temática era “as Regiões Brasileiras” abordando as características físicas e naturais de cada região e suas atividades econômicas, nesta aula o professor utilizou livros didáticos e mapas divididos em regiões, aprofundando nas características da região Norte, da qual, faz parte a localidade.

Fiz essa narrativa por acreditar ser essa uma oportunidade de melhor analisar a aplicabilidade da experiência educativa dos estudantes, justamente por se tratar de uma temática que está diretamente ligada à sua etnia, e por serem disciplinas que possibilitam adaptações curriculares, podendo ser abordadas questões relacionadas à história local, à religiosidade, às formas de subsistência dos moradores, às formas de organização social e às transformações espaciais da comunidade.

Figura 15 - Professor ministrando aula de Geografia



Fonte: Arquivo pessoal.

Entretanto, observei uma certa dificuldade de inserção desses fatores no processo de desenvolvimento das aulas, implica dizer que os saberes e práticas da comunidade estão presentes sim, no currículo da escola, porém de forma ainda subjetiva, ou seja, quando são inseridos – não observei na prática, mais segundo relatos acontecem raramente e constam nos diários de classe de anos anteriores à 2018– não são de forma sistemática e não há uma sequência pedagógica. Devido a isto, saliento a importância de se pesquisar sobre a temática podendo utilizá-la no currículo escolar, sobretudo na disciplina de história e/ou geografia, disciplinas mencionadas acima, relacionando-a aos assuntos das disciplinas, principalmente aqueles voltados a estudos regionais ou à historicidade local, adequando essas questões aos conteúdos previamente programados pelas instituições “competente”, para que dessa forma as crianças e os jovens possam ter acesso a esse conhecimento, que se faz fundamental para o enriquecimento de sua identidade.

Na análise dos documentos – os diários de classe - percebi que as experiências educativas são pouco utilizadas no processo educacional escolarizado, não estou afirmando que são ignorados pelos professores - há inclusive relatos de que determinado professor, por vezes, reúne seus alunos em mutirão para juntar

descartáveis jogados na Vila ou plantar árvores (ver figura 9), fazer pesquisa da história local, etc. Digo apenas que poderiam ser melhor trabalhados de maneira que pudessem fortalecer o conhecimento adquirido nessas experiências educativas.

2.4.2 O que a escola adota com sendo seu currículo?

De acordo com a análise realizada no decorrer da pesquisa e entrevista aos professores, concluo que o currículo atualmente desenvolvido na EMEIFSM, é um currículo formal, prescrito e idealizado pelo Ministério da Educação e repassado à escola pela instância competente. É utilizado baseado nos conteúdos dos livros didáticos e reproduz, de forma muito tímida, algumas das experiências educativas adquirida por meio do cotidiano de sua clientela, na maioria das vezes descontextualizadas e sem uma sequência pedagógica. Não são realizados planos de aula, dada sua repetição todos os anos, as disciplinas são desenvolvidas a partir da experiência dos professores, adquiridos ao longo de sua docência, vez ou outra recorre-se aos livros didáticos, como observei acima. Este fato pode ser justificado, todavia, pela falta de planejamento anual das suas atividades, por desvios e/ou acúmulo de funções, ocasionado pela ausência de profissionais de apoio na instituição, ou mesmo pela dificuldade dos educadores em montar planos de aula que dê conta de assistir todas as séries, e ainda valorizar esses saberes.

2.4.3 Quais os efeitos e significados dessa relação?

De um lado a comunidade transmite a educação ao seu agente por meio da experiência educativa e cultural ao longo dos anos e, de outro, a escola está voltada à transmissão do conhecimento, desenvolvendo seu currículo por meio de livros didáticos desconectados da realidade local, e que não valorizam de forma significativa a trajetória histórica da comunidade. Ou seja, essa experiência educativa transmitida por meio da comunidade é pouco transmitida pela escola por meio de seu currículo. Entre outras palavras, a escola não filtra o currículo que seus alunos carregam e que estão presente no cotidiano da comunidade, considerando que esta é uma escola a céu aberto. O resultado desta relação reflete na maneira como a comunidade se relaciona com a escola. A meu ver, as instituições caminham isoladamente, cada uma cuidando de suas próprias questões, sem que haja uma inter-relação, de maneira que uma possa completar a outra. Quando perguntei aos

moradores se conheciam as atividades curriculares, ou mesmo os “conteúdos” desenvolvidos pela escola, disseram-me desconhecer. E quando indaguei acerca do que gostariam que fosse trabalhado na escola com relação à cultura local, surgiram algumas questões que considero significativas e que podem ser adaptadas às atividades curriculares, se for do interesse da escola estabelecer esta inter-relação. Das quais destaco:

1. Desenvolver atividades que proporcione aos alunos o conhecimento acerca da história do lugar (como iniciou a vila, como foi a chegada da imagem do santo, as transformações nas organizações do lugar). Com o objetivo de montar documentos que possa ser utilizados posteriormente, pelos próprios alunos ou por outros que estudarão na escola;
2. Criar, na escola, um espaço de memória cultural da comunidade e da escola, com relatos dos moradores e registros fotográficos;
3. Trabalhar as transformações geográficas do lugar, relacionando-os com a formas dessa conquistas (construção da ponte, plantações das árvores, reformas e construções dos locais);
4. Desenvolver palestras que abordem questões de Identidade, ligada à ancestralidade do povo e promover eventos que reforce seus costumes e valores;
5. Valorizar a semana da Consciência Negra, fazendo reflexões sobre as lutas e resistências do povo em benefício da Comunidade e do Território em que ela está inserida, retratando a importância do Protocolo de Consulta Prévia, criado pelos Quilombolas de Jambuaçu, como forma de resistência, o processo de reconhecimento da Comunidade Quilombolas, bem como suas conquistas e;
6. Buscar a valorização dos saberes dos moradores na construção de artefatos para o trabalho na comunidade, a fim de despertar o interesse dos alunos para essa prática.

As possibilidades que ora destaco, estão baseadas nos relatos dos moradores locais que desejam ver no currículo da Escola São Manoel atividades pedagógicas que contribuam para o enriquecimento cultural da Comunidade, valorizando as experiências educativas de seus alunos, haja vista que todas as questões destacadas estão presentes na vida cotidiana da Comunidade e, conseqüentemente, na vida dos educandos.

3 CONCLUSÃO

Nas considerações finais destaco alguns pontos importantes sobre a pesquisa. Coloquei-me, no início deste trabalho, a proposta de analisar a aplicabilidade ou não dos conhecimentos adquiridos, por meio dos saberes e práticas da Comunidade Quilombola de São Manoel no currículo da escola local. A fim de alcançar esse objetivo realizei uma abordagem acerca da historicidade local, na tentativa de compreender quais elementos estão presentes no cotidiano da comunidade ao longo dos anos. Dessa forma fiz uma abordagem acerca do imaginário religioso, a partir de suas organizações (inicialmente Irmandade Civil, organizada por meio de sócios e, atualmente Comunidade Eclesial de Base, sob os domínios da Igreja), ambas com devoção ao Glorioso Mártir São Manoel. Outrossim, investiguei como se processou o desenvolvimento das organizações sociais na comunidade desde o surgimento da Vila até os dias atuais em um breve apanhado histórico, mostrando como esse grupo se organizava e ainda se organiza para resistir à opressões de classe e viver dignamente, em ambiente de paz. Mas a pesquisa não está voltada somente para o âmbito social, aborda também a questão educacional. Dessa forma, assim como na comunidade, fiz uma abordagem acerca da escola, verificando a formação profissional dos docentes que lecionaram e ainda lecionam no lugar, verifiquei também como se desenvolve o cotidiano da escola diariamente. Por meio de observação, verifiquei como acontece a rotina dos alunos desde a chegada até a saída da escola, na tentativa de compreender quais elementos culturais eles reproduzem. Toda essa abordagem foi necessária por compreender que são nas relações sociais e na interação com o meio que as experiências educativas acontecem. A comunidade nesse processo caracteriza-se como uma escola a céu aberto, onde tudo que acontece ensina alguma coisa aos agentes sociais que convivem mutuamente. Por outro lado, a escola também tem papel fundamental na formação do sujeito, proporcionando a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o conhecimento formal, sistematizado, possibilitando formas de acesso ao conhecimento científico. Nessa perspectiva, fiz uma abordagem acerca do currículo desenvolvido na escola para assim solucionar minha questão problema: A EMEIF São Manoel aplica ou não em seu currículo, a experiência educativa de seus alunos?

Considerando os dados coletados na pesquisa, seja de forma empírica, por meio de registros documentais ou na observação do cotidiano das aulas, posso concluir que a escola tem imensa dificuldade em desenvolver no seu currículo

qualquer atividade relacionada com os saberes e fazeres da comunidade, percebi que os professores tentam fazer certas adaptações em uma aula ou outra. Porém observei também, que uma série de fatores podem contribuir para que esse processo não se desenvolva sistematicamente. Entre eles está: o formato das séries, que sendo multisseriadas, dificulta a organização de planos de aula; a ausência de profissionais de apoio na escola, ocasionando no acúmulo de função ao professor e, a inexistência de locais apropriados para o desenvolvimento de atividades extraclasse. O reflexo de tudo isso está em uma educação escolarizada baseada em conteúdos utilizados por meio de livros didáticos, pouco considerando as experiências educativas dos alunos e portanto, pouco trabalhando os processos históricos locais.

Ao final do trabalho deixo algumas possibilidades de adaptações, baseadas em relatos de moradores, que desejam ver na escola, atividades curriculares voltadas às expressões culturais, saberes e fazeres da comunidade e, também ao processo histórico de organização social da comunidade, como forma de transmissão de um saber que proporcionará o reconhecimento da identidade cultural local.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. As tendências atuais da pesquisa na escola. In: **Caderno cedes, ano XVIII**. 1997.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo. Brasiliense – (Coleção Primeiros passos 36), 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo. Brasiliense – (Coleção Primeiros passos 20), 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras quilombolas**. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Lei nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007. **Políticas públicas específicas a população negra do estado do Pará**. Belém, PA. 2007
- BRASIL. Decreto nº 2.418, de 14 de julho de 2010. **Criação do Território Estadual Quilombola**. Belém, PA. 2010.
- BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT. 2011.
- PRIOSTE, Fernando e BARRETO, André. **Território quilombola: Uma conquista cidadã**. Terra de Direitos. 2012.
- BRASIL. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF. 2012
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio. Francisco Alves. 1975.
- CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: A. F. Moreira, V. M. Candau (orgs.). Petrópolis, RJ. Vozes. 2008.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço Sócio-cultural. In: _____. **Múltiplos Olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte. UFMG.1996. p. 139.
- EDUCAÇÃO, Conselho Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2018.
- GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília. Líber Livro Editora. 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Ensaio: aval. pol. públ.** Rio de Janeiro. 2006.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A multissérie em pauta:** para transgredir o *paradigma seriado* nas escolas do campo. Disponível em <<https://www.faced.ufba>> acesso em 06 de junho de 2018.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma educação na Amazônia: Currículo e Diversidade Cultural em debate. In P.S.A Corrêa (Org.). **A educação, o currículo e a formação de professores.** Belém: EDUFPA. 2006.

LARRAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um conceito Antropológico. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

LIBANEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo. Cortez. 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Laudos Periciais: Um novo cenário na prática antropológica. In: _____. **Laudos antropológicos em debate.** 2005.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: **Cadernos de pós-graduação em história.** Porto Alegre: UFRGS. 1991.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Comentário X.** São Paulo. Anais do Museu Paulista. 1996.

POZENATO, Jose Clemente. **Processos culturais:** reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul. Educs. 2003.

SILVA, Dederal Brandão da. **Os tambores da esperança:** um estudo sobre cultura, religião, simbolismo e ritual na festa de São Benedito da Cidade de Bragança. Belém. Falangola. 1997.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da Identidade e da diferença. In _____(org.). Kathryn Woodward. Stuart Hall. **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ. Vozes. 2000.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de Identidade:** Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte. Autêntica. 2004.